

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC nº 1 SP 276957/O-4

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	143.516	90.972	Fornecedores		5.138	5.396
Aplicações financeiras	7	4.599	-	Debêntures	13	-	161.665
Clientes	8	8.793	10.673	Arrendamentos a pagar	14	48	-
Tributos a recuperar		168	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher		3.293	2.860
Despesas antecipadas		16	3	Obrigações sociais e trabalhistas		2.366	2.816
Partes relacionadas	15	-	2.388	Partes relacionadas	15	3.906	2.252
Outros créditos		2.091	1.313	Obrigações com Poder Concedente	17	723	865
Total do ativo circulante		<u>159.183</u>	<u>105.349</u>	Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.c)	284	1.396
				Dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio a pagar		-	436
				Provisão para manutenção	16	18.870	18.232
				Outras contas a pagar		72	330
				Acordo de Leniência	17.d)	<u>80.094</u>	-
				Total do passivo circulante		<u>114.794</u>	<u>196.248</u>
NÃO CIRCULANTE							
Tributos diferidos	12.a)	12.819	14.644				
Depósitos judiciais	9	1.994	1.027	NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	10	2.140	2.567	Arrendamentos a pagar	14	39	-
Intangível	11	<u>102.582</u>	<u>151.045</u>	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	18	2.309	1.867
Total do ativo não circulante		<u>119.535</u>	<u>169.283</u>	Provisão para manutenção	16	19.623	27.694
				Outras contas a pagar		1.823	1.930
				Acordo de Leniência	17.d)	<u>23.555</u>	-
				Total do passivo não circulante		<u>47.349</u>	<u>31.491</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	19.a)	163.641	38.641
				Reserva de lucros - legal	19.b)	7.728	7.728
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações		524	524
				Prejuízos acumulados		<u>(55.318)</u>	-
				Total do patrimônio líquido		<u>116.575</u>	<u>46.893</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>278.718</u>	<u>274.632</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>278.718</u>	<u>274.632</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA LÍQUIDA	20	279.384	286.397
Custo dos serviços prestados	21	(142.427)	(152.982)
LUCRO BRUTO		<u>136.957</u>	<u>133.415</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	21	(18.414)	(15.842)
Acordo de Leniência	17.d)	(127.560)	-
Outras receitas, líquidas		18	1
LUCRO/(PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(8.999)</u>	<u>117.574</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	22	4.327	4.079
Despesas financeiras	22	<u>(12.597)</u>	<u>(14.524)</u>
LUCRO/(PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(8.270)</u>	<u>(10.445)</u>
		<u>(17.269)</u>	<u>107.129</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	12.b)	(36.224)	(45.188)
Diferidos	12.b)	<u>(1.825)</u>	<u>9.413</u>
LUCRO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>(38.049)</u>	<u>(35.775)</u>
		<u>(55.318)</u>	<u>71.354</u>
LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO E DILUÍDO		<u>(0,47)</u>	<u>2,07</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(55.318)	71.354
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(55.318)</u>	<u>71.354</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Plano de opção com base em ações	Legal	Dividendos adicionais propostos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>35.141</u>	<u>509</u>	<u>7.028</u>	<u>17.784</u>	<u>-</u>	<u>60.462</u>
Aumento de Capital		3.500	-	-	-	-	3.500
Opções de ações outorgadas reconhecidas		-	15	-	-	-	15
Dividendos pagos (R\$0,47 por ação)	18.c)	-	-	-	(17.784)	-	(17.784)
Lucro do exercício		-	-	-	-	71.354	71.354
Destinação do lucro:							
Reserva legal		-	-	700	-	(700)	-
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,07 por ação)	18.c)	-	-	-	-	(2.856)	(2.856)
Dividendos intermediários pagos (R\$1,94 por ação)	18.c)	-	-	-	-	(67.798)	(67.798)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>38.641</u>	<u>524</u>	<u>7.728</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>46.893</u>
Aumento de Capital	18.a)	125.000	-	-	-	-	125.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(55.318)	(55.318)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>163.641</u>	<u>524</u>	<u>7.728</u>	<u>-</u>	<u>(55.318)</u>	<u>116.575</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(prejuízo) do exercício	(55.318)	71.354
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	52.953	48.480
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	100	-
Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures e arrendamentos	4.227	10.371
Constituição de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	1.151	2.640
Atualização monetária para perdas cíveis e trabalhistas	344	124
Constituição de provisão para manutenção	38.162	36.888
Atualização monetária de provisão para manutenção	4.793	2.551
Prêmio de opções	-	15
Obrigações com Poder Concedente	4.805	4.615
Capitalização de juros	(41)	(152)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(1.264)	353
Provisão acordo de Leniência	127.560	-
Atualização monetária acordo de Leniência	1.912	-
Tributos diferidos	1.825	(9.413)
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	183	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social	36.224	45.188
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	1.697	1.216
Tributos a recuperar	(168)	1
Despesas antecipadas	(13)	(1)
Outros créditos e outras contas a receber	(779)	(882)
Depósitos judiciais	297	(36)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(258)	(596)
Obrigações sociais e trabalhistas	(450)	360
Impostos, taxas e contribuições a recolher	433	(144)
Partes relacionadas	4.043	(2.253)
Pagamentos de perdas cíveis e trabalhistas	(1.053)	(2.302)
Pagamento acordo de Leniência	(25.823)	-
Pagamento de manutenção	(50.388)	(12.619)
Outras contas a pagar	(365)	797
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	(5.499)	(4.473)
Imposto de renda e contribuição social	(37.336)	(45.972)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>101.954</u>	<u>146.110</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(551)	(649)
Aquisição de intangível	(2.518)	(20.452)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(3.069)</u>	<u>(21.101)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aplicações financeiras	(4.599)	-
Aumento de capital	125.000	3.500
Pagamento de debêntures	(143.414)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(436)	(88.602)
Juros pagos de debêntures e arrendamentos	(22.892)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(46.341)</u>	<u>(85.102)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>52.544</u>	<u>39.907</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	90.972	51.065
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	143.516	90.972
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>52.544</u>	<u>39.907</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. ("Ecovia" ou "Companhia") foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia BR-277, km 60,5. A concessão, pelo prazo inicial de 24 anos (o prazo final da concessão é novembro de 2021), mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 17.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 18 de fevereiro de 2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 22).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos das debêntures

Custos das debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

f) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2019 pelo "International Accounting Standards Board – IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	Aplicação em exercícios anuais, iniciados em 1º de janeiro de 2019, com alteração na contabilização e classificação dos arrendamentos mercantis.
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda (Vigência a partir de 01/01/2019)	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do IFRIC 23 e entende que sua adoção não tem impacto relevante nas demonstrações financeiras.

g) Novas normas ainda não vigentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2) (vigência a partir de 01/01/2020)	Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (<i>Conceptual Framework</i>) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

h) Lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação

O lucro/(prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro/(prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis e trabalhistas e, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, a mesma realiza serviços de construção, sendo que os mesmos podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção decorrente dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 5,02% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 17.

5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, houve alterações após a aplicação do CPC 06 (R2) arrendamentos, conforme descrito a seguir:

O CPC 06 (R2) passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante de ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a CPC 06 (R2). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) apenas para os contratos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos.

Em conformidade com o CPC 06 (R2), a Companhia optou também por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo, que são contratos com duração máxima de 12 meses) e de baixo valor, que são contratos cujo valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a R\$10 (considerado pela Companhia).

Os impactos mais significativos identificados pela adoção do CPC 06 (R2) nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais:

- Arrendamento de máquinas, equipamentos, veículos e imóveis.

Adicionalmente, o CPC 06 (R2) substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da CPC 06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos na Nota Explicativa nº 13.

As contas patrimoniais não sofreram alterações significativas, pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial, o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar ajustados a valor presente em R\$686. O patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido a escolha pelo modelo da abordagem retrospectiva simplificada.

A Companhia apresenta a movimentação do direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 na nota explicativa nº 11 Intangível, e a movimentação do arrendamento a pagar na Nota Explicativa nº 14 Arrendamentos a pagar.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e bancos	93.318	4.620
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	47.462	83.319
Aplicações automáticas (b)	<u>2.736</u>	<u>3.033</u>
	<u>143.516</u>	<u>90.972</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2019 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 29,9% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 6,5% em Operações Compromissadas, 1,2% em Letra Financeira (LF), 62,4% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 98,0% em 31 de dezembro de 2019 (99,1% em 31 de dezembro de 2018) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Recursos não vinculados	4.599	-
	<u>4.599</u>	

Os recursos referem-se a aplicações financeiras em LTN *over* (Letras do Tesouro Nacional) remunerado à taxa de 99,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. As referidas aplicações possuem liquidez imediata.

8. CLIENTES

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pedágio eletrônico (a)	8.714	10.500
Receitas acessórias (b)	247	174
Outras contas a receber	16	-
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c)	(184)	(1)
	<u>8.793</u>	<u>10.673</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer	8.769	10.633
Vencidos:		
Até 30 dias	7	20
De 31 a 90 dias	12	-
De 90 a 120 dias	5	20
Acima de 120 dias	184	1
	<u>8.977</u>	<u>10.674</u>

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo no início do exercício	1	1
Valores recuperados e baixados	(3)	-
Constituição de PECLD	186	-
Saldo no fim do exercício	<u>184</u>	<u>1</u>

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo no início do exercício	1.027	1.344
Adições	92.642	176
Baixas (i)	(92.939)	(140)
Atualização monetária	1.264	(353)
Saldo no fim do exercício	<u>1.994</u>	<u>1.027</u>

A natureza dos depósitos judiciais são:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Cível	7	10
Tributário	-	239
MPF-PR (vide Nota Explicativa nº 17.d) (i)	1.182	-
Trabalhista	805	778
	<u>1.994</u>	<u>1.027</u>

(i) Acerca do bloqueio judicial realizado em 31 de março de 2019, no valor de R\$90.238 em contas bancárias mantidas em nome da Companhia, ficou estabelecido no Acordo de Leniência firmado que o Ministério Público Federal do Paraná promoveria a desistência do pedido de bloqueio de bens. Após manifestação de desistência pelo Ministério Público Federal, este pedido foi aceito e homologado pelo Tribunal Regional da Quarta Região e os valores foram efetivamente desbloqueados e liberados em 10 de fevereiro de 2020.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20	10	10	-	10	20	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	5,4	6,3	7,5	-	4	6,8	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2018	12.886	2.881	1.216	1.557	48	2.183	20.771
Adições	371	75	5	30	-	70	551
Saldos em 31/12/2019	13.257	2.956	1.221	1.587	48	2.253	21.322
DEPRECIÇÃO							
Saldos em 31/12/2018	(11.840)	(1.960)	(1.045)	(1.497)	-	(1.862)	(18.204)
Adições	(587)	(157)	(56)	(53)	-	(125)	(978)
Saldos em 31/12/2019	(12.427)	(2.117)	(1.101)	(1.550)	-	(1.987)	(19.182)
RESIDUAL							
Em 31/12/2019	830	839	120	37	48	266	2.140
Em 31/12/2018	1.046	921	171	60	48	321	2.567
	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20	10	10	20	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	4,8	6,0	5,8	14,5	-	5,0	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2017	12.557	2.601	1.214	1.557	48	2.180	20.157
Adições	361	280	5	-	-	3	649
Baixas	(32)	-	(3)	-	-	-	(35)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2018	12.886	2.881	1.216	1.557	48	2.183	20.771
DEPRECIÇÃO							
Saldos em 31/12/2017	(11.266)	(1.795)	(978)	(1.272)	-	(1.753)	(17.064)
Adições	(606)	(165)	(70)	(225)	-	(109)	(1.175)
Baixas	32	-	3	-	-	-	35
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2018	(11.840)	(1.960)	(1.045)	(1.497)	-	(1.862)	(18.204)
RESIDUAL							
Em 31/12/2018	1.046	921	171	60	48	321	2.567
Em 31/12/2017	1.291	806	236	285	48	427	3.093

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantias de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. INTANGÍVEL

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

	Contratos de Concessão (i)	Intangível andamento (iii)	Software de terceiros	Direito de Uso – CPC 06 (R2) (iv)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	10,2	-	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2018	401.030	4.742	2.062	-	407.834
Adições	(20.242)	23.219	134	-	3.111
Baixas	(100)	-	-	-	(100)
Transferências	16.244	(16.244)	-	-	-
Direito de uso – CPC 06 (R2)	-	-	-	501	501
Saldos em 31/12/2019	396.932	11.717	2.196	501	411.346
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2018	(255.335)	-	(1.454)	-	(256.789)
Adições	(51.304)	-	(231)	(440)	(51.975)
Saldos em 31/12/2019	(306.639)	-	(1.685)	(440)	(308.764)
RESIDUAL					
Em 31/12/2019	90.293	11.717	511	61	102.582
Em 31/12/2018	145.695	4.742	608	-	151.045

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Contratos de Concessão (i)	Intangível andamento (iii)	Software de terceiros	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	11,4	-
CUSTO				
Saldos em 31/12/2017	381.139	4.185	1.906	387.230
Adições	14.629	5.819	156	20.604
Transferências	5.262	(5.262)	-	-
Saldos em 31/12/2018	401.030	4.742	2.062	407.834
AMORTIZAÇÃO				
Saldos em 31/12/2017	(208.257)	-	(1.227)	(209.484)
Adições	(47.078)	-	(227)	(47.305)
Saldos em 31/12/2018	(255.335)	-	(1.454)	(256.789)
RESIDUAL				
Em 31/12/2018	145.695	4.742	608	151.045
Em 31/12/2017	172.882	4.185	679	177.746

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária. Em 31 de dezembro de 2019, as principais adições nesta rubrica referem-se a: restauração e manutenção do pavimento e sinalização horizontal e revitalização da sinalização da BR 277 referente Km17 ao Km44.

(ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2019 foram 11,94% a.a. (11,96% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

(iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2019 referem-se a: restauração de pavimento.

(iv) Vide Nota Explicativa nº 5.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram capitalizados R\$41 referentes a encargos financeiros (R\$152 em 31 de dezembro de 2018) de financiamentos vinculados a intangível em andamento. A taxa média de capitalização para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de 0,92%a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 2,36%a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019	31/12/2019
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	634	150	-	784	150
Provisão para manutenção	15.615	5.304	(7.831)	13.088	(2.527)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	-	10	-	10	10
Efeito Lei 12.973/14 - extinção RTT	(1.195)	-	410	(785)	410
Juros capitalizados	(472)	(14)	153	(333)	139
Outros	62	128	(135)	55	(7)
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	<u>14.644</u>	<u>5.578</u>	<u>(7.403)</u>	<u>12.819</u>	
Receita (despesas) de IR e CS diferido					<u>(1.825)</u>

Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos em 31 de dezembro de 2019 R\$12.819 no ativo não circulante (Em 31 de dezembro de 2018 R\$14.644 no ativo não circulante).

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
2019	-	5.086
2020	-	5.025
2021	6.697	4.533
2022	6.122	-
	<u>12.819</u>	<u>14.644</u>

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro/(Prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(17.269)	107.129
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	5.871	(36.424)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores	22	(160)
Juros sobre capital próprio	-	971
Acordo de Leniência	(44.020)	-
Despesas indedutíveis	(80)	(2)
Incentivos fiscais (PAT)	144	147
Outros	14	(307)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(38.049)</u>	<u>(35.775)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(36.224)	(45.188)
Impostos diferidos	(1.825)	9.413
Taxa efetiva	n.m.	33,4%

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	1.396	2.180
Despesa IR/CS DRE	36.224	45.188
Total de IR/CS pagos	<u>(37.336)</u>	<u>(45.972)</u>
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	<u>284</u>	<u>1.396</u>

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2019	31/12/2018
1ª Emissão	05/2019	106,5% CDI a.a.	-	161.665
			-	161.665
Circulante			-	161.665
Não circulante			-	-

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	161.665	151.294
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 22)	3.946	10.371
Pagamento principal	(143.000)	-
Pagamento de juros	(22.611)	-
Saldo no fim do exercício	-	161.665

Em 04 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$143.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/2016 105,7% do CDI -quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017 115,0% do CDI, quitado (iii) de 15 de maio de 2017 a 15 de maio de 2019 106,5% do CDI, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2019.

Em 27 de novembro de 2018, foi realizado o 3º aditamento para inclusão da Fiança da Interviente Garantidora.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória e não é objeto de repactuação programada.

A referida debênture foi quitada em 15 de maio de 2019.

14. ARRENDAMENTOS A PAGAR

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2019
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	87
Circulante	48
Não circulante	39

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2019</u>
Adoção inicial CPC 06 (R2) (vide Nota Explicativa nº 5)	501
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 22)	281
Pagamento principal	(414)
Pagamento de juros	(281)
Saldo no fim do exercício	<u>87</u>

15. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante (intangível)	Circulante	Custo	Despesas	
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	-	-	1.595	12.078	6.171	
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora	-	-	106	-	-	
CBB Ind. e Com.de Asfaltos e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	21.530	2156	-	-	
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	542	49	-	-	
Total em 31 de dezembro de 2019		-	22.072	3.906	12.078	6.171	
Total em 31 de dezembro de 2018		2.388	9.539	2.252	12.521	6.450	

- (a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas, fiscalização e gerenciamento de obras. O valor atual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$18.434. O saldo em aberto de R\$1.595 em 31 de dezembro de 2019 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores. O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores.
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda e a TB Transportadora de Betumes Ltda., pertencentes aos acionistas da CR Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, prestam serviço de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$28.429. O prazo para execução desses trabalhos é 31 de maio de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto de R\$2.205 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opções com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 no montante R\$883 (em 31 de dezembro de 2018 no montante R\$2.157).

A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2020, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.117, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração (fixa/variável)	713	1.271
Plano de opção com base em ações	-	15
Remun. baseada em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	117	1
Seguro de vida	2	2
Assistência saúde	74	91
Previdência privada	20	50
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	191	180
	<u>1.117</u>	<u>1.610</u>

16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como custo de provisão de manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com a taxa de 5,02% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrado a seguir.

Os saldos da provisão para manutenção estão distribuídos como segue:

	31/12/2018	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2019
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 21)	125.154	38.613	-	-	163.767
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 21)	(22.179)	(451)	-	-	(22.630)
Realização da manutenção	(70.323)	-	(50.388)	-	(120.711)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 22)	13.274	-	-	4.793	18.067
	<u>45.926</u>	<u>38.162</u>	<u>(50.388)</u>	<u>4.793</u>	<u>38.493</u>
Circulante	18.232				18.870
Não circulante	27.694				19.623

	31/12/2017	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2018
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 21)	83.726	41.428	-	-	125.154
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 21)	(17.639)	(4.540)	-	-	(22.179)
Realização da manutenção	(57.704)	-	(12.619)	-	(70.323)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 22)	10.723	-	-	2.551	13.274
	<u>19.106</u>	<u>36.888</u>	<u>(12.619)</u>	<u>2.551</u>	<u>45.926</u>
Circulante	10.326				18.232
Não circulante	8.780				27.694

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Parcelas:		
Verba de Fiscalização (a) (b)	287	278
Verba Polícia Rodoviária (c)	436	587
	<u>723</u>	<u>865</u>

(a) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2019, o valor atualizado mensal é de R\$287 (R\$277 em 31 de dezembro de 2018).

(b) A Companhia recolhe a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.

(c) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo no início do exercício	865	723
Custo (vide Nota Explicativa nº 21)	4.805	4.615
Intangível	552	518
Pagamento do principal	(5.499)	(4.991)
Saldo no final do exercício	<u>723</u>	<u>865</u>

	<u>Previsão de 2019 ao fim da concessão</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Melhorias na infraestrutura	38.176	61.976
Conservação especial (manutenção)	23.510	27.147
Equipamentos	10.882	10.977
	<u>72.568</u>	<u>100.100</u>

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Informações adicionais sobre o contrato de concessão

Acerca do inquérito policial nº 5002963-29.2015.404.7013 e do inquérito policial relacionado a promulgação da Medida Provisória 752/2016, a Companhia informou que ambas investigações são conduzidas atualmente pela 23ª Vara Federal de Curitiba/PR. Com relação as buscas e apreensões para obter informações da Companhia, prisão temporária de 1 (um) diretor superintendente e preventiva de 1 (um) colaborador (ambos já em liberdade e desligados dos seus cargos) cujas ordens emanaram do processo de busca e apreensão nº 5036128-042.2018.4.04.7000, a Companhia informou que foi oferecida e aceita denúncia contra estes dois executivos desligados nos autos da ação penal nº 5003165-06.2019.4.04.7000. A Companhia informou que não foi objeto de denuncia em ação penal, apenas seus executivos desligados, havendo pedido do Ministério Público Federal de fixação de montante mínimo para reparação de danos, estimado para a Ecovia a importância de R\$200.499.

No complemento dos procedimentos internos realizados pela administração da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística ("EIL"), em conformidade com o Comitê Corporativo de Gestão de Crises, o Conselho de Administração, aprovou em 7 de março de 2018 a criação de um Comitê Independente para reporte direto ao Conselho de Administração, com o objetivo de apurar as alegações feitas contra a Companhia e suas subsidiárias, assegurar que a investigação fosse conduzida de forma independente e elaborar relatório final referente aos achados da investigação, bem como as recomendações cabíveis.

Tais trabalhos de investigação independente foram finalizados com a apresentação em 07 de fevereiro de 2019 do relatório final ao Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que indicou serem inconclusivos em relação a existência de ilicitudes apontadas nas alegações do Ministério Público Federal e não indicaram o cabimento de medidas judiciais ou disciplinares. O Comitê Independente encerrou seus trabalhos e foi dissolvido em 15 de fevereiro de 2019.

Em 11 de julho de 2019, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram a Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR, contra a Ecovia, contra suas sociedades relacionadas, a controladora direta ECS e a controladora indireta EIL, e contra a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias sob a alegação de que o contrato de concessão e seus aditivos seriam nulos, pois seriam produto de conluíus ilícitos investigados na Operação Integração. O Estado do Paraná e o DER/PR pleitearam tutelas de urgência e cautelar voltadas à abertura das cancelas das praças de pedágio/redução das tarifas, ao depósito ou bloqueio de valores, à decretação de indisponibilidade de bens da concessionária e de suas acionistas e à quebra de sigilo bancário da Ecovia. Como pedidos finais, o Estado do Paraná e o DER/PR pretendem a reparação dos supostos danos materiais (estimados em R\$4.495.904) e morais (estimados em R\$500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção contra a Ecovia. O valor pleiteado pelo Estado do Paraná e pelo DER/PR, de R\$4.945.904, corresponde, segundo o Estado do Paraná e o DER/PR, ao montante total arrecadado pela Ecovia ao longo de toda a concessão.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O Conselho de Administração da controladora indireta EIL concluiu, em 12 de agosto de 2019, pela celebração de um acordo de leniência ("Acordo de Leniência") para regular a continuidade dos negócios da Companhia e das Concessionárias do Paraná. O referido acordo foi firmado com o MPF do Paraná, homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, estabeleceu que: (a) a controladora indireta EIL ou a controladora direta ECS devem pagar o valor de R\$30.000 a título de multa prevista na Lei de Improbidade e (b) a Ecovia deve arcar com R\$20.000 de obras e R\$100.000 de redução tarifária. A redução da tarifa de pedágio ocorre em favor dos usuários de todas as praças de pedágio operadas pelas Concessionárias do Paraná na razão de 30% por, pelo menos, 12 (doze) meses. Adicionalmente, as Concessionárias do Paraná sujeitar-se-ão ao aprimoramento e acompanhamento de seu programa de ética e *compliance* por monitor independente.

Também ficou estabelecido no Acordo de Leniência o encerramento, por parte do MPF, dos procedimentos de natureza criminal e das discussões de natureza cível, inclusive em relação a atos de improbidade contra a controladora indireta EIL e a Companhia, bem como a concordância do MPF para a utilização dos valores compreendidos no Acordo de Leniência para compensar eventuais pagamentos que a controladora indireta EIL, a controladora direta ECS e Companhia venham a realizar em relação a eventuais ações propostas por autoridades governamentais acerca de fatos tratados no Acordo de Leniência. O MPF já manifestou desistência do pedido de bloqueio de bens no valor de R\$90.238 em contas bancárias mantidas em nome da Companhia (Arresto nº 5008589-29.2019.4.04.7000) na ação penal nº 5003165-06.2019.4.04.7000. O MPF, ainda, se comprometeu a concordar com a utilização dos valores compreendidos no Acordo de Leniência para compensação na Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR ("ACP"). Diante da decisão negando o pedido da Companhia e esclarecendo que o pedido do MPF deveria ser feito diretamente ao TRF, as Concessionárias apresentaram recurso e o MPF direcionou o seu pedido de desistência dos bloqueios diretamente ao TRF.

Em 31 de outubro de 2019, a controladora indireta EIL recebeu notificação prévia encaminhada pela Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR) informando o início de processo administrativo de responsabilização (PAR) para apuração da prática atos lesivos contra a Administração Pública. As notificações também foram recebidas pela Companhia (01 de novembro de 2019) sendo apresentadas as defesas prévias pela Companhia e sua controladora indireta EIL. Ao MPF foi direcionado ofício pela CGE/PR solicitando o compartilhamento dos anexos do Acordo de Leniência firmado. Em resposta a este ofício, o MPF defendeu a impossibilidade de se utilizar as informações da leniência para se aplicar sanção ou consequência negativa aos colaboradores em extensão maior do que o que já consta do acordo, solicitando ao Estado a confirmação da integral anuência à impossibilidade de utilização das informações para aplicações de sanções, bem como aos termos do Acordo de Leniência. O processo administrativo aguarda decisão.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Independentemente do processo administrativo de responsabilização (PAR), em 07 de janeiro de 2020 a controladora indireta EIL e sua controladora direta ECS comunicaram ao mercado a ciência da publicação da Resolução CGE nº 67/19, da Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR), que determinou cautelarmente a suspensão temporária do direito Companhia de participar de novas licitações e celebrar novos contratos com a Administração Pública do Estado do Paraná. A Companhia formulou pedido judicial de liminar para suspender os efeitos da Resolução CGE nº 67/19 diante da impossibilidade de aplicação de sanções sem o prévio procedimento administrativo e o direito à ampla defesa e contraditório. O pedido liminar aguarda decisão do juiz da causa.

18. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.311	556	1.867
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	452	699	1.151
(-) Pagamentos	(347)	(706)	(1.053)
(+) Atualização monetária	261	83	344
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>1.677</u>	<u>632</u>	<u>2.309</u>

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	878	527	1.405
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	638	2.002	2.640
(-) Pagamentos	(339)	(1.963)	(2.302)
(+) Atualização monetária	134	(10)	124
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>1.311</u>	<u>556</u>	<u>1.867</u>

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$15.758 em 31 de dezembro de 2019 (R\$10.683 em 31 de dezembro de 2018), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de Dezembro de 2019, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$6.488 (R\$3.941 em 31 de dezembro de 2018), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, mas a Companhia estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R\$163.641 e em 31 de dezembro de 2018 é de R\$38.641, representado por 163.641.000 e 38.641.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal respectivamente.

Em 14 de maio de 2019 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$125.000.000 (cento e vinte e cinco milhões de reais), mediante a emissão, nesta data de 125.000.000 (cento e vinte e cinco milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

b) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo é de R\$7.728 (R\$7.728 em 31 de dezembro de 2018), sendo esse saldo o limite de constituição de reserva legal.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

O montante juros sobre capital próprio pagos até 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$436 refere-se saldo de juros sobre capital próprio remanescentes de 2018, já aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 18 de dezembro de 2019.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O cálculo dos dividendos referentes aos exercícios findos são como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro/(prejuízo) do exercício	(55.318)	71.354
Reserva legal	-	(700)
Base de cálculo dos dividendos	<u>(55.318)</u>	<u>70.654</u>
Proposta da Administração:		
Dividendos intermediários pagos	-	(67.798)
Juros sobre o capital próprio pagos	-	(2.856)
Dividendos adicionais propostos	-	-

20. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	103.517	109.145
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	126.043	116.859
Vale-pedágio	73.313	64.881
	<u>302.873</u>	<u>290.885</u>
Receita de construção (b)	2.161	19.760
Receitas acessórias (c)	605	999
Receita bruta	<u>305.639</u>	<u>311.644</u>
Deduções de receita bruta	(26.255)	(25.247)
Receita líquida	<u>279.384</u>	<u>286.397</u>

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	302.873	290.885
Receitas acessórias	605	999
	<u>303.478</u>	<u>291.884</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(9.104)	(8.757)
PIS (0,65%)	(1.973)	(1.897)
ISS (2% a 5%)	(15.159)	(14.577)
Abatimentos	(19)	(16)
	<u>(26.255)</u>	<u>(25.247)</u>

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS – POR NATUREZA

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal	14.468	14.350
Conservação e manutenção e outros	12.853	10.466
Serviços de terceiros (*)	28.518	28.465
Seguros	941	961
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 17)	4.805	4.615
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 16)	38.162	36.888
Custo de construção de obras	2.161	19.760
Depreciações e amortizações (Vide Nota Explicativa nº 10 e nº 11)	52.953	48.480
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	218	868
Outros custos e despesas operacionais	5.762	3.971
	<u>160.841</u>	<u>168.824</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	142.427	152.982
Despesas gerais e administrativas	18.414	15.842
	<u>160.841</u>	<u>168.824</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções e serviços de consultoria e assessoria.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	3.043	4.046
Variação monetária créditos fiscais	1.264	28
Outras receitas financeiras	20	5
	<u>4.327</u>	<u>4.079</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(3.946)	(10.371)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção	(4.793)	(2.551)
Juros Capitalizados	41	152
Juros sobre arrendamentos - CPC06 (R2)	(281)	-
Outras despesas financeiras	(3.618)	(1.754)
	<u>(12.597)</u>	<u>(14.524)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(8.270)</u>	<u>(10.445)</u>

23. LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO

a) Lucro/(prejuízo) básico por ação

O lucro/(prejuízo) e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro/(prejuízo) básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro/(prejuízo) do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação	<u>(55.318)</u>	<u>71.354</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	<u>117.751</u>	<u>34.449</u>
Lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação das operações continuadas	<u>(0,47)</u>	<u>2,07</u>

b) Lucro/(prejuízo) diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índices de endividamento

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Dívida (a)	810	162.530
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(143.516)</u>	<u>(90.972)</u>
Dívida líquida	<u>(142.706)</u>	<u>71.558</u>
Patrimônio líquido (b)	<u>116.575</u>	<u>46.893</u>
Índice de endividamento líquido	(1,22)	1,53

(a) A dívida é definida como debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhados nas Notas Explicativas nºs 13, 14 e 17.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa de 98,0% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. (Em 31 de dezembro de 2018 era 99,1% do CDI).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros, portanto, mensurados pelo custo amortizado.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Valor justo através do resultado	93.318	93.318
Clientes (i)	Custo amortizado	8.793	8.793
Aplicações financeiras (ii)	Valor justo através do resultado	54.797	54.797
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	5.138	5.138
Arrendamentos a pagar (iii)	Custo amortizado	87	87
Obrigações com Poder Concedente (iii)	Custo amortizado	723	723
<i>Phantom Stock Option</i> (iv)	Custo amortizado	188	188

- (i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) O arrendamentos a pagar e as obrigações com Poder Concedente estão registradas ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) O valor do *Phantom Stock Option/Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que esta se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava valores a receber da companhia Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$5.468 (R\$7.158 em 31 de dezembro de 2018), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Alta do CDI	1.797	2.246	2.695
Juros a incorrer, líquidos		1.797	2.246	2.695

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI	4,4%	5,5%	6,6%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E – Dezembro/2019.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 6.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9 Depósitos Judiciais, em 10 de fevereiro de 2020, ocorreu o desbloqueio parcial de R\$90.238 da ação do Ministério Público Federal do Paraná e os valores foram reclassificados para Caixa e Equivalentes de Caixa.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de sua acionista o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. ("Ecovia" ou "Companhia") foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km. Ao todo, integram três rodovias: (a) BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km.

A concessão, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Ecovia Caminho do Mar agradece também a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 16.247 mil em 2019, redução de 3,7% em relação a 2018. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 2,0% influenciado pelas melhores condições climáticas para o turismo na região. O tráfego de veículos pesados apresentou redução de 5,8% devido, principalmente, à diminuição do fluxo de escoamento das safras de soja e milho.

Em dezembro de 2019, foi aplicado o reajuste contratual de 3,4% nas tarifas de pedágio.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$305,6 milhões em 2019, redução de 1,9% em relação ao ano anterior devido, principalmente, à diminuição da receita de construção. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$26,3 milhões, 4,0% superior a 2018.

Receita de Pedágio: R\$302,9 milhões em 2019, aumento de 4,1%, devido ao reajuste das tarifas de pedágio.

Receita Acessória: R\$0,6 milhão em 2019, redução de R\$ 0,4 milhão, em função da diminuição das receitas do uso da faixa de domínio.

Receita de Construção: R\$2,2 milhões em 2019, redução de R\$17,6 milhões, devido à conclusão de obras contratuais.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$279,4 milhões em 2019. Excluindo a receita de construção, a receita líquida pró-forma totalizou R\$277,2 milhões, aumento de 4,0% em relação a 2018.

Para mais informações sobre a receita líquida, vide Nota Explicativa nº20 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$160,8 milhões, redução de 4,7% em relação a 2018. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$67,6 milhões, aumento de 6,1%. As principais variações foram:

Pessoal: R\$14,5 milhões em 2019, aumento de 0,8% em relação a 2018.

Conservação e Manutenção: R\$12,9 milhões em 2019, aumento de R\$2,4 milhões, devido ao incremento de revestimento vegetal e conservação;

Serviços de terceiros: R\$28,5 milhões em 2019, estável quando comparado com o ano de 2018;

Seguros, Poder Concedente e Locações: R\$6,0 milhões em 2019, redução de 7,4%, principalmente, devido à reclassificação contábil dos contratos de locações de acordo com o CPC 06 (Contratos de Arrendamento Mercantil);

Outros: R\$5,8 milhões em 2019, aumento de R\$1,8 milhão, devido ao aumento das despesas judiciais;

Depreciação e Amortização: R\$53,0 milhões em 2019, aumento de 9,2%, devido ao incremento da base de ativos e atualização da curva de tráfego para amortização dos ativos intangíveis;

Provisão para manutenção: R\$38,2 milhões em 2019, aumento de 3,5% em função da revisão dos cronogramas de obras de provisão para manutenção, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis;

Custo de construção de obras: R\$2,2 milhões em 2019, redução de R\$17,6 milhões, devido à conclusão de obras contratuais.

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº21 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Acordo de Leniência e Acordos com Ex-Executivos Colaboradores

Em 12 de agosto de 2019, a Ecorodovias Concessões e Serviços (ECS), sua controladora Ecorodovias Infraestrutura e Logística (EIL) e suas controladas Concessionárias do Paraná (Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas), celebraram acordo de leniência com o Ministério Público Federal, pelo qual se comprometeram: (a) a ECS ou a EIL a pagar o valor de R\$30 milhões a título de multa; (b) a Ecovia Caminho do Mar a arcar com R\$20 milhões em obras e R\$100 milhões de redução tarifária; e (c) a Ecocataratas a arcar com R\$130 milhões em obras e R\$120 milhões em redução tarifária totalizando R\$400 milhões.

Adicionalmente, em Assembleia Geral Extraordinária da EIL realizada em 13 de setembro de 2019, foram deliberados os termos dos contratos celebrados entre a EIL e seus ex-executivos, que disciplinam a sua colaboração com as autoridades públicas, onde a EIL obrigou-se a pagar ao longo de 5 anos o montante total de R\$67,3 milhões.

EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA em 2019 totalizou R\$44,0 milhões. O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção, provisão para manutenção e o acordo de leniência e com ex-executivos colaboradores, totalizou R\$209,6 milhões (margem EBITDA de 75,6%), aumento de 3,3% em relação a 2018.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$8,3 milhões, redução de 20,8% em relação aos R\$10,4 milhões negativos em 2018 devido, principalmente, à quitação das debêntures em 15 de maio de 2019.

Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº22 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2019, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$55,3 milhões.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou dezembro de 2019 com saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$143,5 milhões e aplicações financeiras de R\$ 4,6 milhões.

A dívida com o Poder Concedente era de R\$0,7 milhão em 31 de dezembro de 2019.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº13, nº 14 e nº17 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

CAPEX

O *capex* realizado pela Ecovia Caminho do Mar totalizou R\$53,5 milhões em 2019, em função de obras de manutenção e conservação do pavimento.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/rj.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2019: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Os honorários relativos ao exercício de 2019 totalizaram R\$117,9 mil. A Companhia contratou os Auditores Independentes para trabalhos de assecuração razoável sobre a compilação e apuração dos valores dos descontos concedidos nas tarifas de pedágio aos usuários do serviço em decorrência do acordo de leniência firmado com o Ministério Público Federal - MPF pelo valor de R\$50,0 mil por relatório a ser emitido.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício findo em dezembro de 2019.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2020.

A Administração